



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA)

ADEQUAÇÃO DECORRENTE DA PUBLICAÇÃO DA DN TCU N.º 163/2017

EXERCÍCIO DE 2018

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2018



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

I. Unidade Gestora:

070014 – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

II. Pressupostos de Auditoria

Na aplicação do Plano Anual de Auditoria, serão observados:

- a) sua aderência ao Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP);
- b) a elaboração de Matriz de Auditoria Baseada em Riscos (ABR);
- b) oportunidade de realização dos exames (mudanças nas políticas e planos do próprio órgão);
- c) alternativas de trabalho, caso o procedimento indicado prioritariamente no plano não seja o mais apropriado para realização naquela oportunidade;
- d) definição do escopo do trabalho, equipe, cronograma e roteiro básico para pré-auditoria;
- e) aprovação formal da Presidência para início dos trabalhos.

III. Tipos de auditoria previstas:

- a) Auditoria operacional – AOp
- b) Auditoria de regularidade – ARg
- c) Auditoria de gestão – AuG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

A execução de auditorias especiais atenderá a determinações superiores ou a necessidade de acompanhamento e avaliação específica das unidades, nas situações em que as auditorias operacionais e de regularidade não forem suficientes ou não se revelarem as mais adequadas para o exame pretendido.

IV. Objetos dos exames de auditoria:

Os exames versarão sobre temas compatíveis com os seguintes macroprocessos de trabalho constantes da Matriz de Auditoria Baseada em Riscos (ABR):

- a) Gestão de Pessoas;
- e) Eleições;
- g) Gestão de Serviços;
- h) Relacionamento com a sociedade;
- b) Gestão da Estratégia Institucional;
- d) Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- j) Controle;
- f) Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil;
- c) Gestão Administrativa;
- i) Governança.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

V. Abrangência de atuação:

Atividades de gestão das unidades auditadas, programas de trabalho, recursos e sistemas de controle administrativo, operacional e contábil, atuando concomitante e posteriormente aos atos de gestão, e, excepcionalmente, atuando em caráter orientativo, mediante consultoria.

VI. Local:

Edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (Av. Prudente de Moraes, 100, Cidade Jardim – Belo Horizonte/MG); Edifício Anexo (Av. Prudente de Moraes, 320, Cidade Jardim – Belo Horizonte/MG), Centro de Apoio (BR 040, km 2,5, Bairro Água Branca – Contagem/MG) e demais imóveis ocupados pelo Tribunal ou Zonas Eleitorais.

VII. Alocação de recursos e distribuição de tarefas:

- a) Disponibilidade de recursos – serão utilizados os recursos humanos e materiais disponíveis na Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria, e eventualmente, servidores cedidos de outros setores do Tribunal que possuam formação e perfil indicado para auditorias específicas, com base no item 7, VIII, a) do Parecer n.º 02/2013 – SCI/Presi/CNJ;
- b) Estimativa de custos da auditoria – não há custos extraordinários estimados, em razão da aplicação de recursos materiais e humanos ordinariamente utilizados nas atividades de rotina da Coordenadoria;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

c) Formação das equipes – As atividades de auditoria serão desempenhadas, em regra, pelos servidores da Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria e, eventualmente, por servidores de outros setores, nos termos previstos, incumbindo a coordenação das atividades ao titular das chefias de Seção. A supervisão das atividades será exercida pelo titular da Coordenadoria (CCI).

VIII. Procedimentos de auditoria

Na execução das auditorias previstas serão observadas as normas emanadas do Tribunal de Contas da União, do Tribunal Superior Eleitoral, do Conselho Nacional de Justiça, as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna do Instituto dos Auditores Internos do Brasil, bem como, quando aplicáveis, as normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade.

IX. Técnicas de auditoria por amostragem

Conforme as técnicas usualmente empregadas no serviço público, a auditoria será, preferencialmente, realizada com base em seleção de amostras representativas, obtidas mediante a aplicação de critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco, ou ainda, amostragem aleatória.

X. Execução do trabalho de auditoria

Serão utilizados os programas de auditoria consignados nos papéis de trabalho – base para a fundamentação da opinião do auditor, das informações, apontamentos, provas e descrições dos serviços executados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Todo o trabalho de auditoria será coordenado e supervisionado – com a finalidade de assegurar que os procedimentos definidos estão sendo seguidos visando à consecução dos objetivos propostos –, mediante o acompanhamento permanente da execução das auditorias, revisão periódica dos papéis de trabalho, controle de qualidade dos trabalhos, entre outros.

O controle da realização do trabalho será exercido de forma a possibilitar seu encerramento no tempo previsto, ao modo em que foi planejado.

O controle visará, ainda, à adoção de eventuais medidas corretivas que se façam necessárias, com vistas à readequação de procedimentos e flexibilização do planejamento para o alcance dos objetivos.

XI. Audiência prévia com as áreas auditadas

Após a fase de execução das auditorias, haverá a apresentação dos achados preliminares, mediante encaminhamento de nota de auditoria/relatório preliminar, à unidade auditada, assegurando-lhe a oportunidade de prestar esclarecimentos adicionais, ou justificativas, em relação às evidências encontradas, ou, ainda, de sanar as falhas apontadas. Os comentários dos gestores constarão do relatório conclusivo.

XII. Emissão do relatório de auditoria

Após a manifestação da área auditada, será emitido o relatório final de auditoria, observados os critérios de precisão, concisão, clareza e oportunidade.

O relatório de auditoria terá por finalidade o fornecimento à Presidência de todos os fatos pertinentes e significativos de que necessite para a tomada de decisão necessária à correção de eventuais falhas ou desvios detectados na auditoria, bem como avaliação de melhorias propostas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

XIII. Acompanhamento de providências e respostas

O relatório de auditoria recomendará a tomada de providências com relação a determinados quesitos auditados, indicará critérios a serem observados no encaminhamento de justificativa ou ciência das providências adotadas, preocupando-se com os seguintes fatores:

- a) identificação dos responsáveis pela adoção de providências solicitadas;
- b) resposta a aspectos que necessitem de retorno;
- c) acompanhamento das providências solicitadas, a serem reportadas na época específica para esse fim, evidenciando a atuação administrativa para eliminação das falhas ou correção das irregularidades, bem como alterações efetuadas nos controles internos.

XIV. Monitoramento

As providências adotadas, em cumprimento às recomendações tecidas no relatório conclusivo, serão monitoradas para verificar a correção das eventuais falhas ou desvios detectados e/ou para avaliar a implementação das melhorias propostas.

A seguir, o detalhamento do Plano Anual de Auditoria para o exercício de 2018.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
1. SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA					
1.1 Verificação do relatório de inventário anual de bens permanentes, observando-se a existência, os registros e a regularização de possíveis inconformidades.	Gestão Administrativa	SAURE CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">Verificar a compatibilidade entre o controle patrimonial realizado pelo setor competente e os registros constantes do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e do sistema ASIWEB, no exercício de 2017.	Aguarda a conclusão dos trabalhos pela comissão de inventário e o envio dos autos à CCI para análise.
1.2 Verificação do relatório de inventário anual de bens de consumo, observando-se a existência, os registros e a regularização de possíveis inconformidades.	Gestão Administrativa	SAURE CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">Verificar a compatibilidade entre o controle de estoque realizado pelo setor competente e os registros constantes do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e do sistema ASIWEB, no exercício de 2017.	Aguarda a conclusão dos trabalhos pela comissão de inventário e o envio dos autos à CCI para análise.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
2. SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS					
2.1 Análise do Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre/2017	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	SAURE CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">Verificar se os valores informados em demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre/2017 estão em consonância com os registros do SIAFI.	Janeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
3. SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA / SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS					
3.1 Monitoramento das recomendações feitas em relatório de auditoria sobre a avaliação dos procedimentos de depreciação de bens permanentes - 2010 a 2012. (CONTINUAÇÃO)	Gestão Administrativa Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	SAURE CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">• Verificar o cumprimento e a implementação das recomendações feitas aos setores auditados, relativamente à adequação do procedimento de depreciação, os critérios adotados, bem como quanto ao atendimento às normas atinentes ao tema.	Janeiro a março
3.2 Avaliação da adoção da conta vinculada no âmbito do TRE/MG (contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra) (CONTINUAÇÃO)	Gestão Administrativa Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	SAURE CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">• Verificar, por amostragem, a aderência às normas no que tange à abertura da conta vinculada, bem como os controles adotados para movimentação dessas contas.	Janeiro a março



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
3.3 Monitoramento da auditoria realizada em 2015, relativa à avaliação dos procedimentos de baixa dos bens móveis do TREMG - Exercícios 2013 e 2014.	Gestão Administrativa Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	SAURE CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none"> Verificar o cumprimento e a implementação das recomendações feitas em relatório de auditoria, PAD nº 1515681/2015. 	Outubro a dezembro
4. SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA / SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS					
4.1 Avaliação das contratações de serviços no âmbito do TREMG	Gestão Administrativa Gestão de Serviços	SAURE CCI	Arg	<ul style="list-style-type: none"> Verificar, por amostragem, a aderência das novas contratações de serviços à Resolução TSE n.º 23.234/2010, com as alterações introduzidas pela Resolução TSE n.º 23.518/2017, bem como as boas práticas vigentes. 	Abril a setembro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
4.2 Monitoramento da auditoria realizada em 2015, relativa à avaliação da prestação de serviços de manutenção predial corretiva em imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral.	Gestão Administrativa Gestão de Serviços	SAURE CCI	Arg	<ul style="list-style-type: none"> Verificar o cumprimento e a implementação das recomendações feitas em relatório de auditoria, PAD nº 1504995/2015. 	Outubro a dezembro
5. SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS					
5.1 Auditoria sobre os pagamentos efetuados a título de instrutoria interna (CONTINUAÇÃO)	Gestão de Pessoas	SAUDP/ CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none"> Verificar se houve observância da legislação vigente nos procedimentos relativos à realização e ao pagamento da instrutoria interna. 	Janeiro e Fevereiro
5.2 Indenização de transporte referente a diligências realizadas, incluindo diligências <i>ad hoc</i> . (CONTINUAÇÃO)	Gestão de Pessoas	SAUDP CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none"> Verificar a observância da legislação e a regularidade no pagamento de indenização de transporte a oficiais de justiça e outros servidores da Justiça Eleitoral. 	Janeiro a abril



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5.3 Atos de inclusão/ exclusão de dependentes para fins de concessão de auxílio pré-escolar efetuados pelo TRE/MG (CONTINUAÇÃO)	Gestão de Pessoas	SAUDP CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">• Verificar se os procedimentos adotados têm observado a legislação vigente;• verificar se há dependência efetiva do servidor e se a retribuição em pecúnia do auxílio pré-escolar ocorre dentro do prazo previsto pela legislação.	Janeiro a abril
5.4 Levantamento de riscos relacionados às atividades de concessão de direitos e pagamento de salário e benefícios a servidores e ex-servidores do TRE/MG, bem como pensionistas, para fins de elaboração do Plano Anual de Auditoria (CONTINUAÇÃO)	Gestão de Pessoas	SAUDP CCI	AOp	<ul style="list-style-type: none">• Levantar os riscos envolvidos na operacionalização das concessões de direitos e no pagamento de salário e benefício a servidores e ex-servidores do TREMG, bem como pensionistas, visando à priorização de temas para elaboração do Plano Anual de Auditoria.	Janeiro a junho



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5.5 Concessão e pagamento de diárias e passagens aéreas	Gestão de Pessoas	SAUDP CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">• Verificar a observância da legislação e a regularidade na concessão e no pagamento de diárias (e respectivas aquisições de passagens aéreas).	Agosto a novembro
5.6 Monitoramento da auditoria sobre serviço-extraordinário realizada nas folhas de pagamento de servidores dos Cartórios Eleitorais do interior no exercício de 2011, conforme Relatório de Auditoria constante do documento nº 038923/2012 do Processo nº 6009004/ 2011.	Gestão de Pessoas	SAUDP CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">• Verificar as providências adotadas visando ao cumprimento das recomendações feitas em relatório de auditoria.	Setembro a dezembro
5.7 Monitoramento da auditoria sobre os pagamentos de auxílio-transporte inter-municipal e interestadual efetuados no exercício de 2011, conforme Relatório de Auditoria constante do documento nº 092780/2015 do Processo nº 1415714/ 2014.	Gestão de Pessoas	SAUDP CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">• Verificar as providências adotadas visando ao cumprimento das recomendações feitas em relatório de auditoria.	Setembro a dezembro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5.8 Análise do Relatório de Gestão Fiscal	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	SAUDP CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">Levantar, nos meses de janeiro, maio e setembro, os valores de despesas com pessoal dos últimos 12 meses.	Janeiro - maio - setembro
5.9 Exame dos atos cadastrados no Sistema e-Pessoal – Sistema de Atos de Pessoal (TCU): aposentadoria, pensão e admissão de servidores.	Gestão de Pessoas	SAUDP CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">Assegurar que, em relação aos atos de pessoal, os procedimentos adotados têm observado os princípios gerais que regem a Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade e da legitimidade (IN TCU n.º 55/2007).	Janeiro a dezembro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
6. SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS / SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS					
6.1 Auditoria da contratação do plano de saúde dos servidores do TREMG	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil Gestão de Pessoas Gestão Administrativa	SAURE CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">Avaliar a regularidade dos pagamentos efetuados nos exercícios de 2016 e 2017, considerando o número de beneficiários do plano de saúde.	Julho a novembro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
7. SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS					
7.1 Avaliação da adequação/reforma do imóvel do DNIT para ocupação pelo TREMG.	Gestão de Serviços Gestão Administrativa	SAURE CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">Verificar os procedimentos adotados visando à contratação para adequação/reforma do imóvel cedido pelo DNIT para utilização pelo TREMG.	Agosto a novembro
8. SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					
8.1 Avaliação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação do TREMG (CONTINUAÇÃO)	Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	SAOPE CCI	AOp	<ul style="list-style-type: none">Avaliação dos controles e da gestão de riscos relacionados à segurança dos dados, aos recursos e aos serviços de informação do TREMG.	Janeiro a Março



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
8.2 Avaliação das contratações das soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação Gestão Administrativa	SAURE CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none"> Verificar o atendimento das diretrizes relacionadas às contratações de soluções de TIC estabelecidas na Resolução CNJ n.º 182/2013 e IN TREMG n.º 07/2014; Avaliar a gestão dos contratos relacionados às contratações de soluções de TIC, consoante diretrizes da IN TREMG n.º 07/2014. 	Maio a setembro
9. SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS					
9.1 Avaliação do ambiente seguro do TREMG (sala-cofre).	Gestão de TIC Gestão de Serviços	SAURE CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none"> Verificar controles e funcionamento, entre outros aspectos, relacionados ao ambiente seguro do TREMG. 	Março a julho
10. TODAS AS SECRETARIAS					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
10.1 Aderências de aquisições e contratações aos normativos internos no exercício de 2016 (CONTINUAÇÃO)	Gestão Administrativa	SAURE CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">Avaliar o atendimento aos prazos previstos para solicitação de contratações e aquisições, no exercício de 2016, considerando o disposto em atos normativos internos do TREMG.	Janeiro a abril
10.2 Monitoramento das recomendações feitas em Relatório de Auditoria (PAD 6007257/2011) relativas a aquisição de materiais para setores diversos do TREMG (CONTINUAÇÃO)	Gestão Administrativa	SAOPE CCI	AOp	<ul style="list-style-type: none">Verificar o cumprimento e a implementação das recomendações feitas aos setores envolvidos em auditoria realizada, relativamente à avaliação da destinação e do uso de bens de qualquer natureza, tendo em vista os argumentos que justificaram sua aquisição entre os anos de 2000 e 2004.	Janeiro a abril



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
10.3 Avaliação da gestão das aquisições do TREMG (CONTINUAÇÃO)	Gestão Administrativa Gestão de Pessoas	SAURE CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a adequação da gestão das aquisições realizadas pelo TREMG, a partir do levantamento do TCU sobre Governança e Gestão das Aquisições, visando identificar pontos vulneráveis e induzir melhorias. 	Janeiro a abril
10.4 Avaliação da Governança institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. (CONTINUAÇÃO)	Governança	SAOPE CCI	AOp	<ul style="list-style-type: none"> Analisar o nível de maturidade da gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, abordando os critérios de excelência gerencial (liderança, estratégias e planos, cidadãos, sociedade, informação e conhecimento, pessoas, processos e resultados). 	Janeiro a maio
10.5 Avaliação do uso e da destinação de bens permanentes – Exercícios de 2012 a 2016	Gestão Administrativa	SAOPE CCI	AOp	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o uso e a destinação de bens permanentes móveis adquiridos pelo Tribunal nos exercícios de 2012 a 2016. 	Março a julho



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
10.6 Monitoramento de auditoria realizada em 2015, relativa à avaliação da estrutura de controle interna da Secretaria do Tribunal – planos de ação: CCI, SGP e CGE.	Controle Gestão de Pessoas Gestão da Estratégia Institucional Governança	SAOPE CCI	AOp	<ul style="list-style-type: none">• Verificar o cumprimento e a implementação das recomendações feitas em relatório de auditoria, PAD 1510185/2015, e planos de ação PAD nº 1604377/2016 e PAD nº 1604378/2016.	Abril a junho
10.7 Monitoramento de auditoria realizada em 2013, relativa à aquisição de materiais para setores diversos do TRE/MG, tendo em vista os argumentos que justificaram sua aquisição, bem como à destinação e ao uso de bens de consumo solicitados por meio de registro de preços e demais aquisições de valor significativo.	Gestão Administrativa	SAOPE CCI	AOp	<ul style="list-style-type: none">• Verificar o cumprimento e a implementação das recomendações feitas em relatório de auditoria, PAD nº 1310978/2013.	Julho a setembro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
10.8 Monitoramento de auditoria realizada em 2011, relativa à gestão da prestação de serviços postais de recebimento, coleta, transporte e entrega domiciliária de encomendas, cartas, telegramas, e outros serviços postais.	Gestão Administrativa	SAOPE CCI	AOp	<ul style="list-style-type: none">• Verificar o cumprimento e a implementação das recomendações feitas em relatório de auditoria, processos SADP números 109.827/2011 e 115.749/2011.	Setembro a dezembro
10.9 Monitoramento de auditoria realizada em 2012, relativa à avaliação dos gastos com a alimentação de mesários.	Gestão Administrativa	SAOPE CCI	AOp	<ul style="list-style-type: none">• Verificar o cumprimento e a implementação das recomendações feitas em relatório de auditoria, PAD nº 1207371/2012.	Outubro a dezembro
10.10 Monitoramento da auditoria realizada em 2015, relativa à avaliação das contratações com dispensa de licitação fundamentadas no art. 24, I e II, da Lei 8.666/93 - Janeiro a Agosto de 2014.	Gestão Administrativa	SAURE CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none">• Verificar o cumprimento e a implementação das recomendações feitas em relatório de auditoria, PAD nº 1515679/2015.	Outubro a dezembro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
11. COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA/TODAS AS SECRETARIAS					
<p>11.1 Avaliação da adequação de Indicadores existentes do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral (PETRE).</p> <p>(CONTINUAÇÃO)</p>	Gestão da Estratégia Institucional	SAOPE CCI	AOp	<ul style="list-style-type: none"> Verificar a adequação de indicadores de desempenho utilizados no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, abordando aspectos de confiabilidade, utilidade, relevância, consistência, clareza e outros. 	Janeiro a abril
12. AUDITORIAS INTEGRADAS (TSE)¹					
12.1 Auditoria no processo de gestão da Força de Trabalho.	Gestão de Pessoas	SAUDP CCI	ARg	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o processo de gestão da força de trabalho, atendendo ao escopo definido pelo TSE. 	Março a junho

¹ Em cumprimento ao que determina a Res. TSE nº 23.500, de 19 de dezembro de 2016.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	MACROPROCESSO DE TRABALHO AFIM	SEÇÃO RESPON SÁVEL	TIPO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
13. AUDITORIAS COORDENADAS (CNJ)²					
13.1 Avaliação de conteúdos estabelecidos para governança, gestão, riscos e controle de TI e TIC.	Governança	SAOPE CCI	AOp	<ul style="list-style-type: none">• Informar sobre projetos, processos, riscos e resultados de TI em comparação com padrões internacionalmente aceitos como COBIT, PMBOK, ITIL, CMMI, ISO 17799 e ISO 27001, bem como com as Resoluções CNJ nº 182/2013, nº 211/2015 e nº 91/2009, considerando-se os pontos a serem objeto de questionamento pelo CNJ, e encaminhando-se relatório final à Presidência.	Janeiro a agosto

² Em cumprimento ao que determina o art. 13 da Res. CNJ nº 171, de 1.º de março de 2013.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Notas de Esclarecimentos:

- 1- Tendo em vista que a Decisão Normativa TCU n.º 163, de 06 de dezembro de 2017, foi publicada posteriormente à aprovação do PAA 2018, e que esta não relacionou o TREMG entre as Unidades Prestadoras de Contas cujos responsáveis terão as contas de 2017 julgadas pelo TCU, bem como o fato de que o planejamento anual anterior previu a execução de auditorias de gestão para fins de elaboração do Relatório de Auditoria de Gestão, propõe-se a presente adequação mediante a exclusão das atividades de gestão e a apresentação de outras propostas de avaliação pela Coordenadoria.
- 2- As atividades planejadas para o exercício de 2017 sofreram o impacto de fatores não previstos quando da elaboração do planejamento inicial, como por exemplo:
 - a ausência de comunicação prévia, por parte do TSE, sobre a realização de duas auditorias integradas em 2017, sem possibilitar o prévio planejamento da área, sobretudo por exigir metodologia nova dos trabalhos com base em risco;
 - a rotatividade de servidores no setor, seja em função de aposentadorias ou relotação, onde servidores experientes são lotados em outros setores da Casa, levando a experiência e a capacitação recebidas, e onde servidores menos experientes demandarão tempo de treinamento e maior tempo de execução das auditorias;
 - as freqüentes demandas dos setores auditados em solicitar prazos dilatados ou a prorrogação dos já definidos, seja para apresentar informações ou questionários, ou se manifestar em relação a recomendações preliminares;
 - na área de pessoal, a emissão de pareceres nos termos da IN TCU n.º 55/2007 exige a pronta análise dos autos pela unidade de auditoria interna, dentro dos prazos definidos pelo normativo, sem haver um prévio planejamento por parte da Casa, o que prejudica as demais auditorias em andamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

- a ocorrência de licenças médicas entre os servidores responsáveis pelos trabalhos impactou o planejamento inicial;
- a nomeação de servidores para participação em comissões da Casa de forma concomitante às análises realizadas;
- a participação de servidores em treinamentos não previstos para o exercício.

Esclareça-se, contudo, que as atividades foram replanejadas para o exercício de 2018, à exceção do item anteriormente previsto 8.6 – Avaliação da Governança das Aquisições do TREMG, tendo em vista que houve mudança significativa no procedimento de avaliação do Tribunal de Contas da União, que, no ciclo/2017, realizou levantamento integrado de governança organizacional, perdendo-se assim a oportunidade de agregar valor à gestão do Tribunal com este trabalho. Será finalizada apenas a avaliação da governança institucional já iniciada, item 10.3, que prevê pontos de avaliação em comum.

- 3- No exercício de 2018, impactará a execução das atividades previstas o desenvolvimento de programa de monitoramento da qualidade da atividade de auditoria interna do TREMG, em atendimento à recomendação constante do item nº 7.3.1.3 do relatório de auditoria (PAD nº 1510185/2015). Também está prevista a nomeação de novo Grupo de Estudos visando ao aprimoramento dos trabalhos de planejamento anual.
- 4- O presente Plano poderá sofrer alterações ao longo do próximo exercício, caso seja apurada a necessidade de se efetuar outras atividades de auditoria, que se apresentem mais urgentes, ou por solicitação da Alta Administração.
- 5- Da mesma forma, os períodos previstos para realização das atividades poderão variar de acordo com o desenvolvimento dos trabalhos pelas equipes de auditoria.

RENATA COUTO LESSA LIMA

Coordenadora de Controle Interno e Auditoria